



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2022

Processo Licitatório nº: 33.769/2021

Processo de Recurso nº: 12.649/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a Contratação de Empresas Especializadas para os Serviços de Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para Eventos, Suporte de Atendimento Médico em Eventos, Apoio a Segurança Não Armada para Eventos e Locação de Banheiro Químico para Eventos. Os serviços descritos são necessários para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: MED LIFE SAUDE, GESTAO, PROJETO HOSPITALAR LTDA  
RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, MED LIFE SAUDE, GESTAO, PROJETO HOSPITALAR LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico nº 075/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do



Comissão de Pregão II

Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 075/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:30 horas do dia 05 de maio de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 33769/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00075/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Registro de preços para a contratação de empresas especializadas para os serviços de bombeiro civil – brigada de incêndio para eventos, suporte de atendimento médico em eventos, apoio a segurança não armada para eventos e locação de banheiro químico para eventos. Os serviços descritos são necessários atender as necessidades da secretaria municipal de turismo e marketing da cidade e da secretaria municipal de cultura, conforme as especificações deste edital e seus anexos. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em



Comissão de Pregão II

seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 12:21:27 do dia 06/05/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 23.1 do Edital nº 075/2022;

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa MED LIFE SAUDE, GESTAO, PROJETO HOSPITALAR LTDA, apresentou o recurso para o Lote 02 (Grupo 1) em 09/05/2022.

Em 16/05/2022, a licitante PRÓ CORAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME apresentou Contrarrazões, para o mesmo Lote/Grupo;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que *"...A empresa "PRO CORAÇÃO" foi convocada a apresentar planilha de custos juntamente com a proposta readequada e que a mesma esta de forma irregular, não contemplando todos os custos do processo..."*



Comissão de Pregão II

b) Afirma ainda que, *"... O Município de Nova Friburgo ao publicar o edital, vinculou diretamente a execução dos serviços a SEDEC 83/2016, porem a descrição dos serviços contida em seus anexos não atendem a SEDEC..."*

c) Prossegue afirmando que *"...Ficou demonstrado que nos itens 03 e 04 do edital não foi contemplado o ENFERMEIRO, contrariando assim o que diz a SEDEC 83/2016...."*

d) Aduz que *"...fica evidente que a falta da figura do enfermeiro no edital, influencia diretamente na formulação da proposta, profissional este tão importante para a execução dos serviços tanto quanto para a composição da equipe medica para legalização do evento junto ao corpo de bombeiro..."*

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) *"DIANTE DO EXPOSTO, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação em vigor e a previsão do edital, esta Recorrente requer a anulação do certame devido aos atos viciados, com a consequente adequação do edital a legislação aplicável a matéria e posterior publicação do mesmo. "*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida PRÓ CORAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, alega que *"...nos valores apresentados em planilha pela ora recorrida foram apresentados todos os custos operacionais, bem como os encargos que incidem direta ou indiretamente no fornecimento de bens, conforme preceitua o Edital, não havendo assim qualquer vicio que macule a planilha de custos ou demais documentos que a compõem..."*



Comissão de Pregão II

Prossegue alegando que, *"... a recorrente ao contrário do que dispõe o Edital não apresentou fundamentos que demonstrem a suposta irregularidade dos documentos apresentados pela recorrida, demonstrando assim que o recurso ora contrarrazoado apresenta-se de forma procrastinatória, ficando assim o mesmo carente de motivação e interesse..."*

Pontua que, *"...ao debruçar análise sobre o Edital e Termo de Referência não consta qualquer menção a SEDEC 83/2016, vindo a mesma fazer ser citada apenas no Apêndice "B", contudo o detalhamento dos serviços e planilha do referido Apêndice é devidamente claro..."*

Afirma que, *"...Não há qualquer menção a SEDEC 83/2016, na planilha apresentada pela Municipalidade de Nova Friburgo/RJ, não podendo assim o recorrente querer vincular a mesma a execução dos serviços..."*

Prossegue afirmando que, *"...O referido Apêndice "B", somente faz menção a SEDEC 83/2016, no que diz respeito às especificações do Posto Médico, cujo referido tópico deverá atender a respectiva SEDEC 83/2016..."*

Conclui que, *"...Desse modo a elaboração da planilha apresentada no Apêndice "B" do pregão eletrônico 75/2022, item 2.3, obedeceu aos critérios elaborados pela Municipalidade de Nova Friburgo/RJ, não havendo assim o que se falar em violação a SEDEC 83/2016, estando devidamente acertada a planilha apresentada..."*

Requer a recorrida que *"...seja julgado improcedente o recurso apresentado pela empresa Med Life Saúde, Gestão, Projeto Hospitalar LTDA, mantendo a decisão que declarou classificada e habilitada a ora recorrida, uma vez que não há*



Comissão de Pregão II

*qualquer vício ou nulidade no certame realizado através do pregão eletrônico nº 75/2022...".*

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."*



Comissão de Pregão II

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **MED LIFE SAUDE, GESTAO, PROJETO HOSPITALAR LTDA**

Quanto a alegação que: *"...A empresa "PRO CORAÇÃO" foi convocada a apresentar planilha de custos juntamente com a proposta readequada e que a mesma está de forma irregular, não contemplando todos os custos do processo..."*

Considerando que a Secretaria Requisitante não informou no edital, nenhum modelo de planilha de custos e formação de preços no edital, considerando ainda que o modelo de planilha de custos e formação de preços da IN Nº 05/2017, trata dos serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, entendo que as planilhas de custos a serem enviadas pelas empresas vencedoras do certame deveriam conter, pelo menos, os valores discriminados referentes a: mão de obra; insumos; despesas indiretas/administrativas/operacionais; lucro e tributos, dados estes contidos na planilha enviada pela empresa recorrida, s.m.j. atendendo ao solicitado.

Quando as demais alegações, inicialmente cumpre destacar que por se tratarem de questionamentos técnicos, este pregoeiro diligenciou junto a secretaria requisitante, solicitando pronunciamento dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, diante das alegações trazidas pela recorrente, na forma que dispõe o item 30.5 do edital.

Em reproposta a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade esclarece que, após o título principal de cada lote foram incluídos *"...Alguns subitens mínimos para servir apenas de ilustração às interessadas , visto que a partir da solicitação da emissão do CART e FARE, é necessário que se cumpra todas as legislações [...] intrínsecas a emissão destes documentos, dentre eles a SEDEC 83/2016..."*,



Comissão de Pregão II

afirmando que sem a *"...contemplanção na íntegra dessas exigências, os órgãos competentes pela fiscalização de eventos não emitem seu Nada a Opor (Autorização), documento necessário pra sua liberação do evento..." [grifo nosso]*

Igualmente este pregoeiro submeteu os autos do presente processo à Procuradoria Geral Municipal, para parecer jurídico opinativo, acerca do entendimento deste órgão quanto ao eventual prejuízo dos princípios do julgamento objetivo das propostas com base na vinculação ao instrumento convocatório, do objeto em questão, a fim de subsidiar a decisão, deste pregoeiro, ante o recurso interposto.

Em resposta a Procuradoria Geral, opinou que *"...caso seja constatado que a ausência da figura do enfermeiro implica diretamente na incorreção da proposta, cabe a Secretaria Requisitante a anulação do certame ou dos referidos itens, na forma do art. 49 da Lei n. 8666/93 e posteriormente realização de nova licitação com a correção do objeto..."*

Por conseguinte, considerando que a lei 10.520/02 preceitua que:

"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte

[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;  
[grifo nosso]

Considerando que, o edital foi omissivo quanto a figura do "enfermeiro" nas especificações dos itens 03 e 04.





Comissão de Pregão II

Considerando a alegação da recorrente que *"...a falta da figura do enfermeiro no edital, influencia diretamente na formulação das propostas..."*

Considerando as alegações da empresa recorrida que, *"...não há qualquer menção a SEDEC 83/2016, na planilha apresentada pela Municipalidade de Nova Friburgo/RJ, não podendo assim o recorrente querer vincular a mesma a execução dos serviços..."* e que, *"... desse modo a elaboração da planilha apresentada no Apêndice "B" do pregão eletrônico 75/2022, item 2.3, obedeceu aos critérios elaborados pela Municipalidade Nova Friburgo/RJ, não havendo assim o que se falar em violação a SEDEC 83/206, estando devidamente acertada a planilha apresentada"*, as quais, s.m.j. corroboram com a alegação da recorrente acerca de que *"...a falta da figura do enfermeiro no edital, influencia diretamente na formulação das propostas..."*.

Considerando os princípios dispostos no Decreto Federal 10.024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica.

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. [grifo nosso]*



Comissão de Pregão II

Considerando a Súmula TCU 177 a qual dispõe que:

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão. **[grifo nosso]**.

Considerando que o instrumento convocatório não pode prestigiar critério subjetivos e que a falta de clareza na especificação do objeto, podem afetar o julgamento objetivo das propostas.

Assim sendo, ante a todo o exposto, entendo ter havido prejuízo do princípio do julgamento objetivo das propostas com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do objeto em questão

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa MED LIFE SAUDE, GESTAO, PROJETO HOSPITALAR LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 75/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO, pela ALTERAÇÃO do



Comissão de Pregão II

julgamento anteriormente proferido, e ANULAÇÃO do Lote 02 (Grupo 1) - Suporte de Atendimento Médico para eventos, no pregão em comento, com o retorno da fase de Julgamento previsto para 13/06/2022 às 10:00h.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 09 de junho de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870